

IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS: UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE OS IMPACTOS POSITIVOS EM ÁREAS REGULARIZÁVEIS

Aline Oliveira dos Santos (*), Janaína Moreira Brito, Rosângela Laura Picoli

* Faculdades ICESP/Promove de Brasília, alinneasantos@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem por objetivo identificar os impactos positivos da implantação de áreas verdes urbanas levantadas a partir de referências bibliográficas e avaliar quais impactos contribuiriam significativamente para a realidade das áreas regularizáveis do Distrito Federal. Sabe-se que todo impacto positivo é necessário ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade. No entanto, considerando a realidade de ocupações irregulares em que o Distrito federal vive, ocasionando sérios problemas sociais e ambientais, bem como a restrição orçamentária para a implantação destes parques, identificar os maiores benefícios é importante para a eficácia na seleção de qual tipo de área verde será implementada no local a fim de potencializar os impactos positivos. Percebeu-se que nem sempre os parques ecológicos são o tipo de área verde a ser implementada, isso porque, dado o pouco espaço natural restante nas áreas irregulares é mais relevante, do ponto de vista do bem-estar social. Aproveitar pequenos espaços e implementar praças e canteiros do que deixá-las à mercê de outras invasões. Desta forma o gestor ambiental deve gerir os espaços naturais remanescentes considerando todos os tipos de áreas verdes para que não sejam negligenciados impactos positivos à sociedade e ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas verdes urbanas, Benefícios sociais, Benefícios ambientais.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade identificar os impactos positivos da implantação de áreas verdes urbanas à população e ao meio ambiente. Dada à realidade de expansão das áreas urbanas no Distrito Federal, pesquisar os benefícios de transformar áreas remanescentes de Cerrado em áreas verdes torna-se relevante à sociedade e em especial à conservação do meio ambiente.

Isso por que acredita-se que a população possa usufruir da beleza natural do local, interagir com o meio ambiente como um todo, podendo tornar o espaço em um ambiente de lazer, com parques infantil, parque eco pedagógico com brinquedos de madeira, circuito inteligente de malhação, ponto de encontro comunitário, e relógio de sol, pista de caminhada, corrida, ciclismo, Educação Ambiental, contato com programas de coleta seletiva de lixo, proporcionando bem estar a pessoas de todas as idades inclusive as crianças. No que tange a questão ambiental, percebe-se que as áreas urbanas que possuem áreas verdes conseguem instituir um ecossistema no local, com interação entre espécies e geração de funções ambientais.

Dada essa importância, decidiu-se pela presente pesquisa por ter observado primeiramente que a população necessita de um local para o lazer, cultura e relaxamento, onde possam praticar exercícios, em um ambiente que traga bem estar a toda população, e estar em contato com a natureza e todo o ecossistema ali existente. Em segundo lugar torna-se também importante para que possa trazer benefícios às áreas regularizáveis reduzindo conflitos ambientais e valorizando o território.

Para atingir o objetivo deste estudo foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica por meio de dados secundários de estudos de caso aplicados em outras regiões do país. Ao aplicar tais ensaios para a realidade do Distrito Federal pode-se identificar os impactos positivos oriundos das áreas verdes urbanas e quais delas são possíveis de ser implementado em áreas irregulares considerando-se as características da área regularizável do Setor de Chácaras do Setor Habitacional Lúcio Costa -Distrito Federal.

Percebe-se que as áreas naturais remanescentes em ambientes urbanos tendem ao abandonado, sofrendo impactos ambientais pela população local, restos de obras, lixos, restos de alimentos atraindo vetores que poderiam estar colocando em risco toda a população. Ao gerir as áreas urbanas em desenvolvimento o gestor ambiental pode avaliar qual tipo de área verde urbana (praças, parques, canteiros áreas de lazer) é viável de ser implementada. Assim, tem se a garantia da conservação das características naturais remanescentes do bioma Cerrado e reduz-se a possibilidade de impactos negativos à sociedade, tais como, proliferação de doenças e insegurança.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Este estudo utilizou como metodologia para coleta de dados a pesquisa bibliográfica. Segundo Andrade (1997) pesquisa bibliográfica deve ser realizada considerando as seguintes fases:

- A) Escolha do tema.
- B) A coleta de dados
- C) Localização das informações
- D) Documentação dos dados: anotações e fichamento

Essas etapas foram cumpridas por meio da busca por referenciais digitais e impressos que abordavam os seguintes temas: ocupação irregular do território; impactos ambientais na ocupação humana; e implantação de áreas verdes urbanas e seus impactos sociais e ambientais.

Em seguida, comparou-se as informações teóricas com a realidade de uma área regularizável do Distrito Federal. Assim, podem-se identificar, quais seriam as áreas verdes mais efetivas para cada realidade. Não foi possível caracterizar o nosso ambiente de estudo devido à ausência de informações confiáveis e desagregadas sobre a área. Sendo assim, optou-se por coletar o relato de uma moradora antiga da área que está apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Depoimento de uma moradora do Setor de chácaras Lúcio Costa.

Depoimento da Senhora M.D.P.O(Moradora do setor há doze anos).

1. Como é viver no Setor de Chácaras do Lúcio Costa?

R: Viver aqui é muito bom, temos tranquilidade e estamos perto de tudo. É um lugar ótimo de se morar e criar nossos filhos.

2. Como é a relação entre as pessoas que moram aqui?

R: A convivência era muito boa, agora com o crescimento desordenado não temos tanto sossego como antes, os vizinhos acham que porque estão em um setor de chácaras podem transformar suas casas em pontos de festas. Mas em geral é muito bom,

3. Quais são os serviços mais precários no setor?

R: Transporte, Saneamento básico não temos nenhum, Segurança, Coleta de lixo com mais frequência, temos um grande problema com falta de energia elétrica pois a CEB se recusa fazer novas ligações e a energia que temos é muito fraca e não suporta todas as residências.

4. Aonde as crianças e as famílias costumam ir nos finais de semana?

R: Aqui não temos nenhuma opção de lazer, para nos divertimos com as crianças temos que nos deslocar para outros lugares.

5. Se fossem criados praças, parques, áreas de lazer no local haveria utilidade? Para quê a comunidade mais os utilizaria? (conversas, recreação, esportes, passeio com animais domésticos ou outros.)

R : Sim, muita temos muitas crianças e nenhuma opção de lazer, para que as crianças possam se divertir assim também poderíamos conhecer melhor os moradores e viver em comunidade.

6. Houve muitas mudanças no meio ambiente desde que a senhora chegou aqui no setor?

R: Sim, logo no início era tudo mais preservado tinha muitas árvores e até animais, tinha também lixo a céu aberto, lixo esse muitas vezes vindo do setor habitacional Lúcio Costa (como entulhos de obras) que eles jogavam e jogam aqui no setor e falta consciência dos próprios moradores, hoje há muitos moradores, mas também temos mais consciência em proteger o meio ambiente.

Fonte: caracterização do ambiente de estudo. Elaborado pelas autoras.

Atualmente o Setor de Chácaras do Lúcio Costa diverge até quanto à Região Administrativa que a rege, sendo alvo de brigas políticas, o que retarda ainda mais o seu processo de regularização e constituição de um histórico da ocupação¹ (Figura 1).

¹ Informações cedidas pela Presidente da Associação de Moradores em visita à área de estudo para levantamento de informações.

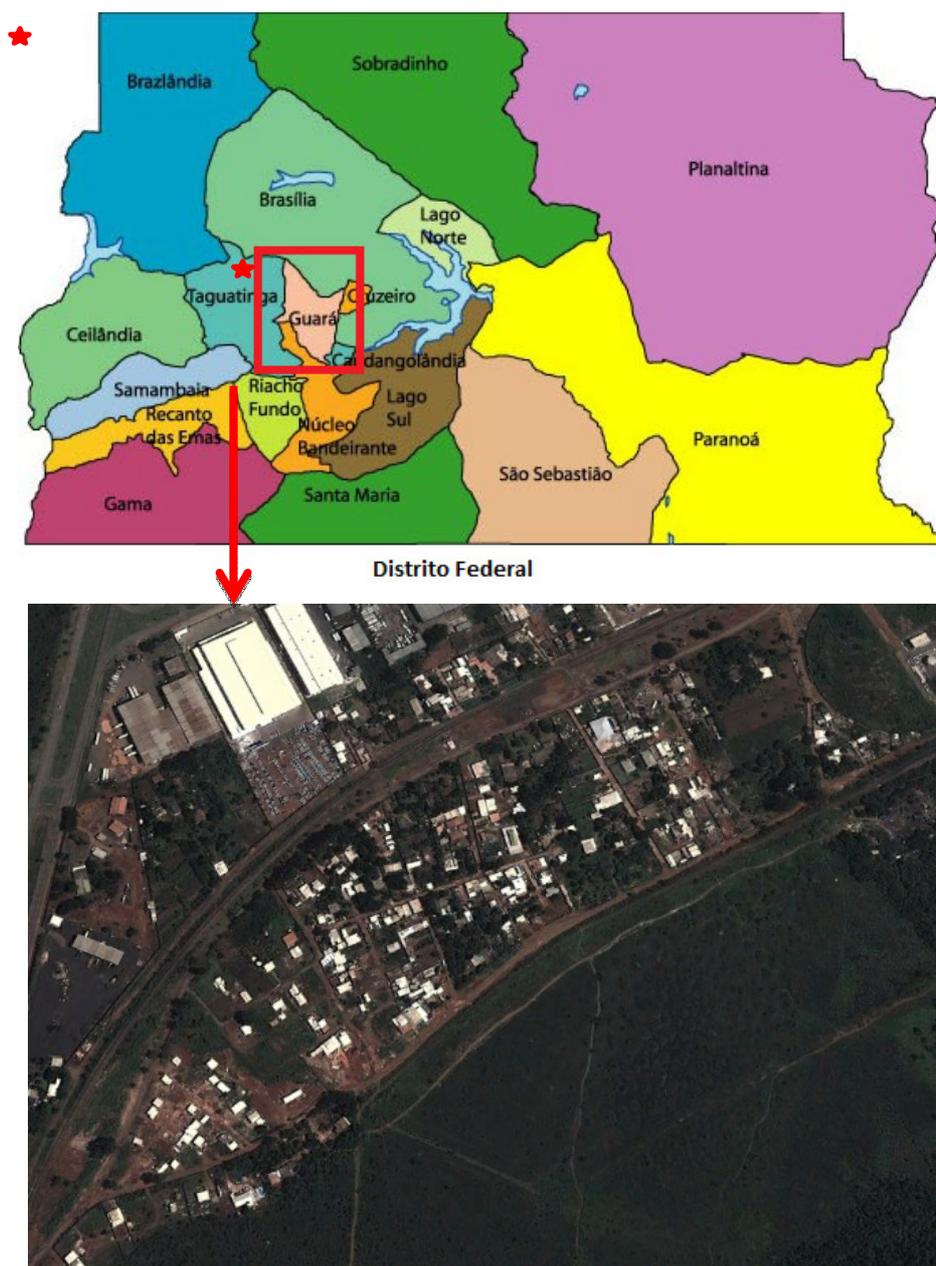


Figura1: Setor de chácaras do Setor Habitacional Lúcio Costa.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2013. Elaborado pelas autoras.

RESULTADOS

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O ser humano, sua organização social e suas atividades de subsistência desenvolveram-se historicamente com base na exploração de recursos naturais. Como exemplo, podem ser citados trechos da história de diferentes civilizações mundiais, bem como da própria ocupação territorial do Brasil:

Na denominada Segunda Revolução da humanidade (a primeira foi a fabricação de instrumentos de trabalho e a terceira a Revolução Industrial) que aconteceu há pelo menos 6000 anos antes da era Cristã, os colonos da Mesopotâmia (Sumérios) iniciam uma nova forma de cultivar alimentos. Cavam uma vala e desviam água do Rio Eufrates, dando início à prática da irrigação. À época do Império Romano, berço das nossas doutrinas jurídicas, dizia-se que o grau de civilização de um povo se mede pelo tipo de relacionamento que estabelecem com os seus recursos hídricos. Já na

Mesoamérica, uma das causas da queda do Império Inca, teria sido a dificuldade de se estabelecer um sistema de distribuição de água que atendesse adequadamente às necessidades crescentes de abastecimento da população.

No Brasil, mais especificamente na região central, a ocupação humana data a pelo menos 11 mil anos. Os materiais arqueológicos da região sudoeste de Goiás, no município de Serranópolis revelam a execução de atividades por esses povos demonstrando a adaptação com as condições ambientais oferecidas. O povoamento dessa região foi feito por povos coletores e caçadores, vindos provavelmente da Ásia e da África (onde se tem notícia dos fósseis mais antigos do homem, datados de pelo menos 3 milhões de anos), passando pelo estreito de Beringh e provavelmente também pela Sibéria.

Deste período em diante, os povos pré-colombianos (chamados de indígenas), praticaram uma agricultura diversificada até o século XVIII. Seus modos de produção econômica sempre foram de baixo impacto ambiental, e até já conheciam as técnicas de reflorestamento, antes mesmo da chegada dos europeus ao Brasil.

O antropólogo norte americano, Darrel A Posey, num artigo para a revista *Etnobiologia* (“manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados /kayapó/”), expõe amplamente sobre o tratamento que os kayapós dão à mata. Ele descreve também de que modo essa tribo cultivava ilhas florestais dentro do cerrado, transportando adubo natural a longas distâncias e misturando-a à terra de cupinzeiros e pedaços de formigueiros esmagados. Com esse método singelo, a cada dez anos, os kayapós conseguiam produzir 1 hectare de floresta dentro da área de Cerrado (CHIAVENATO, 1989).

A partir do século XVIII, o Cerrado passaria por uma nova e mais profunda modificação estrutural em seu modo de vida e, os homens da região, em sua forma de se relacionar com seus recursos naturais. Com a chegada do homem branco em busca de ouro e outras pedras preciosas, ergueram-se povoados, que se transformaram em cidades, que por sua vez trouxeram um forte impacto ambiental, principalmente nas regiões de exploração de recursos minerais. As cidades se desenvolviam rapidamente, porém a região ainda era muito isolada do resto do país até a década de 1950, pela inexistência de vias de transporte.

Os modelos de desenvolvimento, desta época para cá, têm sido voltados para o lucro imediato com pouca ou quase nenhuma preocupação preservacionista em longo prazo. O desmatamento para a implantação da pecuária seguida por grandes extensões de monoculturas agrícolas vem deixando o cerrado sem reservas significativas de amostras naturais do ecossistema, que possam funcionar como remanescentes da biodiversidade. A atividade agropecuária extensiva e os seus desdobramentos, tais como: a) a compactação do solo e seu conseqüente empobrecimento de atividade microbiológica; b) o custo energético de se produzir proteína animal; c) a perda da biodiversidade em função das grandes áreas desmatadas com o objetivo imediato de se implantar pastagens; d) a utilização do fogo, no sistema de *burshandburn* (ou coivaras), dentre outros, também contribuem para o agravamento do quadro de perda progressiva do patrimônio natural do Cerrado.

Até a década de 1950, os modos de produção das populações nativas que aqui se encontravam se assemelhavam aos do período neolítico (domesticação de animais – aliás, trazidos ainda pelos portugueses – seleção e cultivo de algumas plantas – a maioria delas trazidas da Índia e da Malásia e do próprio “Reino”). Um sistema de produção caracterizado por pequeno excedente de produção, ênfase no lazer e um sistema de festas particularmente performante.

Foi a partir de 1956, com a transferência da Capital Federal para a região Centro-Oeste e a chegada de Juscelino Kubistschek que a ocupação do Cerrado assumiu um caráter sistêmico e intensificado, iniciado a fim de ajustar e acomodar o sistema local de poder ao modelo vigente de reprodução sócio-econômico-cultural. Daí por diante, todos os modos de produção e de sustentação cultural foram sendo submetidos a um regime de mudanças nunca antes experimentado não só pelo bioma Cerrado, mas pelas comunidades que ainda mantinham modos de produção de baixo impacto ambiental. Até então, as modificações pelas quais o país estava sendo submetido chegavam por estes rincões apenas através do noticiário de jornais do que propriamente como prenúncio de mudanças.

Com a construção do Distrito Federal no espaço territorial do Planalto Central Brasileiro, locam a base para intensificação do processo de ocupação do cerrado. A dinâmica de ocupação da futura Capital Federal cedeu ao projeto do Plano Piloto, feito por Lúcio Costa, para consolidação do Distrito Federal. Foi a partir do Plano Piloto que tudo começou, o objetivo era que houvesse primeiro a consolidação de um núcleo principal da cidade para que então houvesse a criação das cidades satélites.

Juntamente com a construção foram criados acampamentos para abrigar os operários que ajudariam a construir a tão sonhada capital federal. Porém os quase setenta mil trabalhadores, que vieram para construir Brasília estavam excluídos do Plano Piloto. Então foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) através da lei, em 19 de setembro de 1956, pelo então presidente Juscelino Kubitschek com intuito de gerenciar e coordenar a construção da nova Capital do País. Segundo Peluso (2006) afirma a companhia servia para assegurar a posse das terras desapropriadas e distribuí-las para a população. A divisão da terra ocorreria de acordo com o nível de renda dos seus moradores. Essa companhia tinha plenos poderes para financiar lotes e vendê-los, sendo, portanto, responsável pela definição do espaço territorial urbano.

No dia 21 de abril de 1960, os trabalhadores já estavam assentados em oito cidades satélites Taguatinga, Sobradinho, Gama, Núcleo Bandeirante, Guará, Ceilândia, Planaltina, Vila Vicentina e próximos as obras, mesmo antes da grande inauguração. Com isso houve a intenção de controlar o crescimento da cidade, incorporando as cidades preexistentes à Brasília como, Planaltina(1859) e Brazlândia(1933) sem que houvesse a preocupação com o planejamento total do território.

Com isso surgiu o Plano Estrutural de Ordenamento do território - PEOT, com o objetivo de colocar as cidades satélites, menos Núcleo Bandeirante e o Guará fora da bacia do Paranoá para preservar os aspectos naturais do local, atendendo o Código Sanitário do Distrito Federal, Lei n. 5.027, de 14 de julho de 1966. Art. 7 inciso 2.

§ 2º A partir da publicação desta Lei, fica proibida a instalação de núcleos habitacionais de qualquer espécie em zonas a montante do lago de Brasília e nas proximidades dos cursos de água da sua bacia, quando não ofereçam, a critério da autoridade sanitária, garantia de sistema de recolhimento de dejetos e de detritos capaz de evitar a poluição e a contaminação das suas águas. Lei n. 5.027, de 14 de julho de 1966. Art. 7

Pensava-se que o Plano Piloto e as Cidades Satélites seriam suficientes para estruturação do território brasileiro, entretanto na década de 1970 houve um grande aumento na migração para Capital Federal. A grande preocupação com esse aumento populacional estava na preservação do centro da capital federal juntamente com a bacia do Paranoá e a preservação da qualidade de vida do DF.

Contudo nota-se uma grande preocupação com o centro da capital federal, onde o mesmo sempre recebeu uma melhor gestão em relação às cidades satélites.

O crescimento desordenado das cidades e os impactos ambientais advindos em sua maioria, da especulação imobiliária, e expansão populacional desregrada, acarretando assim, a expansão das cidades satélites no Distrito Federal. O crescimento propiciou a transição da zona rural em urbana, aumentando o crescimento acelerado das ocupações irregulares da cidade.

Deixando claro a necessidade dos órgãos governamentais planejar, estudar, elaborar projetos de reavaliação desse fenômeno, para que se possa pensar numa forma de regularizar essas áreas, evitar novos assentamentos, e principalmente na preservação do meio ambiente. É visível a subdivisão de chácaras para formação de condomínios sem nenhum planejamento de uso e ocupação de solo. Porém, hoje, há uma grande intervenção do poder público.

Ao refletir sobre esse momento, Peluso (2006) observa que os acontecimentos de invasões devem-se à forma desordenada ocorridas rapidamente no processo de ocupação e, conseqüentemente, gerando problemas socioambientais, como degradações ambientais, segregações ambientais, pobreza, déficit habitacional, infraestrutura deficitária e desemprego.

Para Cunha e Guerra (2005, p. 27) o crescimento acelerado e desorganizado tem provocado impactos ambientais. Os autores mostram que a realidade do espaço urbano “é representativa de um estágio histórico dos movimentos de mudanças sociais e econômicas (particulares e gerais) combinados que modificam o espaço em questão”.

Em contrapartida esses assentamentos, possuem precárias condições de vida, já que não oferecem o mínimo de saneamento básico, gerando assim risco de vida para aquela população, contribuindo para degradação ambiental onde não existe coleta adequada de lixo, água potável para o consumo humano, são feitas explorações de água por poços artesianos onde ocorre a contaminação do solo e do lençol freático entre vários outros problemas, com isso cada vez mais as áreas de proteção ambiental vão diminuindo sendo ocupadas irregularmente.

A estrutura socioeconômica e as dificuldades aos diversos caminhos de acesso à cidade, fazem com que uma parte de seus habitantes fiquem impedidos de ter condições de vida adequadas.

Pondo em prática todo planejamento das cidades periféricas ao Plano Piloto e a vontade de vê-las concretizadas e como um modelo certo de cidade planejada, na realidade se tornou insustentáveis. Com isso, criou-se uma ilusão de que todos os problemas estariam solucionados sejam socioambientais e econômicos.

Enganaram-se, pois as cidades estão em constantes modificações e continuam gerando desigualdade social. Pensava-se erradamente que as autoridades controlariam esse expansionismo exagerado e desregrado da cidade, mas os mesmo não conseguiram controlar a ocupação irregular do solo.

Günther (2003, p.141) retrata que governantes que tentaram reordenar ou conter as invasões que surgiram no Distrito Federal, tal como, José Aparecido de Oliveira (1985 a 1987), foram substituídos por governos coniventes com as invasões em terras públicas, atendimento a migrantes e promotores da especulação urbana.

A população de Brasília aumentou de forma significativa, afastando-se o paradigma de cidade totalmente planejada como idealizava Lúcio Costa. Com a construção de rodovias, da Capital para varias regiões do País tornou possível e mais fácil a migração para capital de gente vinda de todos os locais como Bahia, Pernambuco, Ceará entre outros atrás de melhores condições de vida e emprego.

Joaquim Roriz o Governador de Brasília, seu primeiro mandato se deu de 1987 á 1990, adotou um sistema de doação de lotes, aumentando intensamente a migração para Capital Federal. Em seu segundo mandato que se deu de 1991 á 1995 Joaquim Roriz implantou centros urbanos para alocar migrantes vindos de outras regiões para Brasília. Com o aparecimento de novas invasões, surgiram as cidades de Santa Maria, Recanto das Emas e São Sebastião para então poder assentar essa parte da população.

Já em seu terceiro mandato, que foi de 1999 á 2006, o Governador continuou dando lotes através de política habitacional legais, gerando assim a construção de treze cidades satélites.

No ano de 2006 a realidade de Brasília, de acordo com a SUPAR foram identificadas 513 parcelamentos de solo ao total, de modo que 379 são urbanos e dentro desses 317 são informais e implantados, 134 são rurais, 30 vão ser tem que ser regularizados e ainda não foram implantados, 28 são formais, estão esperando aprovação e 4 encontram-se registrados.

No mandato do novo governador Cristovam Buarque, a ocupação irregular do solo continuou e mais uma grande assentamento surgiu com força total, os catadores de lixo ocuparam a área onde se localizava o lixão, construindo barracos com resto de entulhos e começaram a reivindicar seus direitos a moradia digna, então foram assentados no local onde surgiu a Vila Estrutural.

Desde então nenhum governo conseguiu controlar o processo irregular de ocupação do solo, o que muda de um mandato para o outro são as áreas vulneráveis à ocupação devido à fiscalização maior em um dado local e menor em outro deixando-o livre para invasões.

IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS E SEUS BENEFÍCIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS.

Desde a organização do homem em sociedade e criação das cidades, problemas relacionados à poluição do ambiente agregados à problemas sociais começaram a surgir. Logicamente, esta problemática foi se intensificando ao longo do tempo, especialmente após a segunda metade do século XX. Contrariando ao que se espera, após o aparecimento desta problemática, vários instrumentos foram criados na tentativa de solucioná-los. No meio urbano, vários deles se destacam, entre eles a implantação de áreas verdes para amenizar os efeitos negativos dos ambientes construídos tais como: aumento da temperatura, impermeabilidade do solo e ausência de áreas para o lazer. Essas áreas destacam-se por promoverem interação do homem com o ambiente natural, conservarem florestas nativas nas áreas urbanas e assegurar todas as suas funções e possibilitarem maior interação social. (SCHOEN & POVALUK, 2012)

Para gerar os benefícios citados pelo autor as áreas verdes urbanas necessitam ser efetivamente consolidadas. A realidade brasileira mostra que existem mais parques de papel do que parques efetivamente instituídos por exemplo, o

mesmo ocorre com as demais áreas verdes urbanas (PICOLI, 2011). Isso ocasiona vulnerabilidade de áreas remanescentes em perímetro urbano que poderiam estar gerando benefícios sociais e ambientais.

Ao contrário temos uma péssima qualidade ambiental de vida nas cidades agravada pela poluição advinda da produção industrial e do sistema de transporte, já que a cada dia que passa se torna mais fácil adquirir um automóvel. Conforme já foi dito a poluição se agrega a outros problemas socioambientais existentes, tais como serviços públicos insuficientes; a falta de áreas verdes; o uso inadequado dos solos disponíveis; e a o déficit de qualidade técnica das construções. (SCHOEN & POVALUK, 2012).

A presença de áreas verdes, ocasiona diferentes implicações ambientais e sociais, conforme apresentado por Henke-Oliveira (1996) e apresentado no Quadro 2. Neste estudo, essas implicações são entendidas como benefícios sociais e ambientais que a população deixa de usufruir.

Quadro 2: Funções e implicações ecológicas e sociais da ausência de áreas verdes urbanas.

Funções	Implicações Ecológicas	Implicações Sociais
» Interceptação, absorção e reflexão de radiação luminosa » Fotossíntese, Produção Primária Líquida » fluxo de energia	⇒ Manutenção do equilíbrio dos ciclos biogeoquímicos ⇒ Manutenção das altas taxas de evapotranspiração ⇒ Manutenção do micro clima ⇒ Manutenção da fauna	⇒ Conforto térmico ⇒ Conforto lumínico ⇒ Conforto sonoro ⇒ Manutenção da biomassa com possibilidade de integração da comunidade local
» Biofiltração	⇒ Eliminação de materiais tóxicos particulados e gasosos e sua incorporação nos ciclos biogeoquímicos	⇒ Melhoria na qualidade do ar da água de escoamento superficial
» Contenção do processo erosivo	⇒ Economia de nutrientes e solos ⇒ Favorecimento do processo sucessional	⇒ Prevenção de deslizamentos, voçorocas, ravinamento e perda de solos ⇒ Preservação dos recursos hídricos para abastecimento e recreação
» Infiltração de água pluvial	⇒ Redução do escoamento superficial ⇒ Recarga de aquífero ⇒ Diminuição na amplitude das hidrógrafas	⇒ Prevenção de inundações
» Movimentos de massas de ar	⇒ Manutenção do clima	⇒ Conforto térmico e difusão de gases tóxicos e material particulado do ar
» Fluxo de organismos entre fragmentos rurais e o meio urbano	⇒ Manutenção da diversidade genética	⇒ Aumento na riqueza da flora e da fauna ⇒ Realce na biofilia
» Atenuação sonora	Aspectos etológicos da fauna	⇒ Conforto acústico

Fonte: Henke-Oliveira (1996)

Essa é uma realidade do Distrito Federal. A ocupação desordenada apresentada no capítulo anterior aliado à morosidade na implantação de áreas verdes urbanas tem deixado a população desprovida dos benefícios como áreas de lazer e contato com a natureza. Isso pode ser observado na Figura 2.

2002



2012



Figura 2: Ocupação de áreas no Distrito Federal
Fonte: GOOGLE EARTH, 2013. Elaborado pelas autoras

A figura apresenta a evolução da ocupação do Setor de Chácaras do Setor Habitacional Lúcio Costa. Uma das áreas do Distrito Federal que ainda não está regularizada e por isso não possui serviços públicos básicos, inclusive implantação de áreas verdes urbanas. Na primeira imagem datada do ano de 2002 haviam espaços naturais remanescentes. A morosidade na regularização da área fez com que as chácaras fossem divididas em terrenos menores de forma irregular, sem prever espaços para a implementação de áreas verdes urbanas.

Isso significa que a população do local perdeu a oportunidade de inserir em sua realidade os benefícios gerados pelas áreas verdes urbanas, pois devido à ausência de planejamento não existem mais áreas remanescentes para isso. Além disso, está a mercê das implicações sociais e ambientais citadas por Henke-Oliveira (1996).

O governo distrital apresenta iniciativas retardatárias para mudar essa realidade e tornar as cidades mais arborizadas por meio do programa “Brasília, Cidade Parque” que visa implementar os 71 parques ecológicos e as 22 unidades de conservação no DF de forma sustentável e com o apoio de instituições públicas e privadas. No entanto, o processo é lento, pois essa implantação depende de decisões político-orçamentárias e nem sempre a sociedade consegue perceber os benefícios de um parque próximo às suas casas. Ou seja, o processo exige além de despesas de implantação também um dispêndio para conscientização da população. Mas conscientizar para quê? Como demonstrar à essa população que os parques gerarão benefícios e não servirão de área para malfeitores?

Henke-Oliveira (1996) apresenta diferentes tipos de áreas verdes urbanas e a seleção pode ser feita conforme as características da área urbana. Isso, por si só já conferiria à sociedade beneficiada a certeza de que o tipo de área verde selecionada não ficaria ociosa (Figura 3).

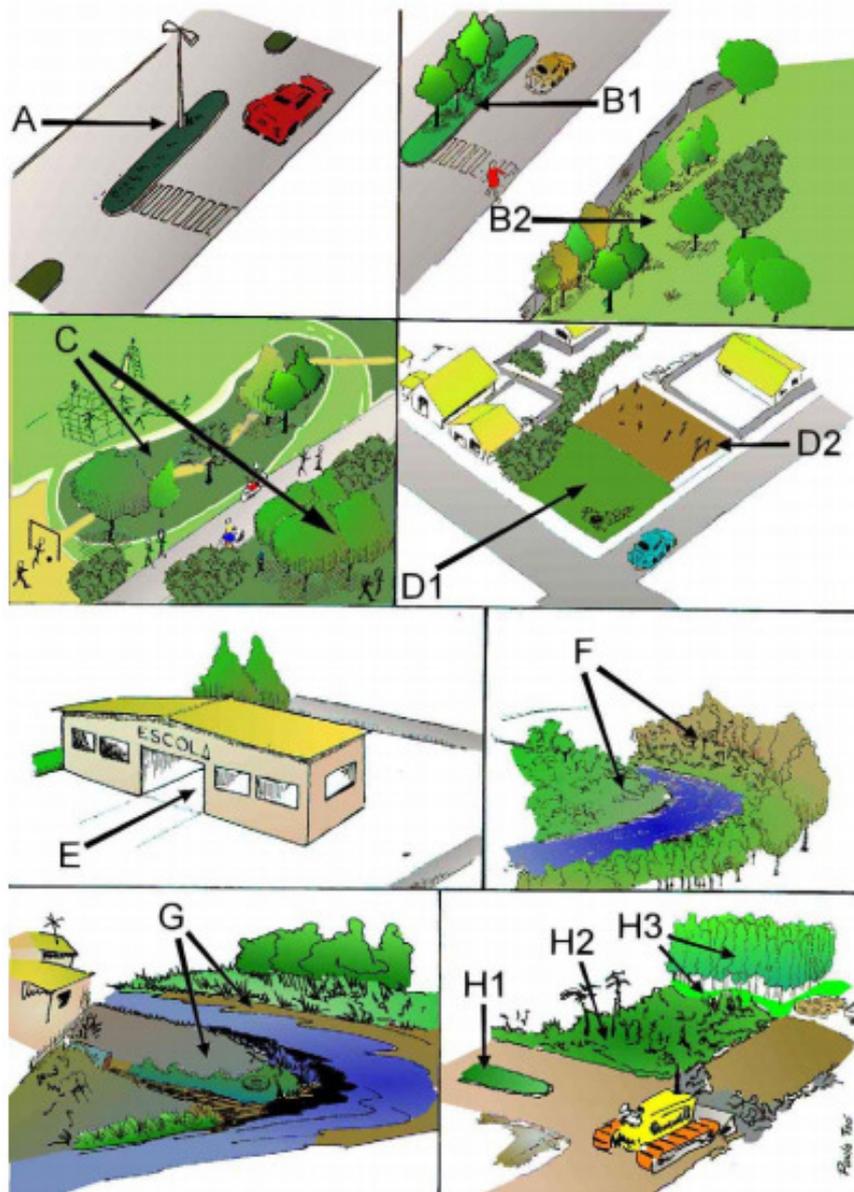


Figura 3: Grupo de áreas públicas.
Fonte: Henke-Oliveira,1996.

O grupo A consiste em canteiros viários sem a implantação de arborização. O grupo B recebe duas classificações: os canteiros viários com arborização e as áreas de uso coletivo em frente à comércio e residências. O grupo C, por sua vez, correspondem à áreas também de uso coletivo, porém maiores com características naturais mais relevantes (relevo, vegetação nativa cerrada) com maior valor estético como é o caso dos parques e das praças.

No caso do grupo A e B ainda existe no Setor de Chácaras Lúcio Costa área livre para sua implantação no entanto, considerando o grupo C existe uma dificuldade de implantá-las no interior do Setor, sendo necessário implantar próximo à área verde que aparece no Mapa da figura 1 que corresponde atualmente à uma reserva biológica. Outra possibilidade é tornar áreas inseridas no grupo D em praças ou parques. O grupo D abrange áreas devolutas (com vegetação herbácea e solo exposto) e áreas utilizadas pela população para depósito de entulhos ou ainda sem utilizada devido à fragmentação do terreno e implantação de arruamento sem um planejamento prévio.

Outro grupo de áreas verdes urbanas que o setor carece são as inseridas no grupo E. Nesta categoria incluem-se todos os terrenos destinados à serviços públicos, tais como, escolas e postos de saúde que, conforme já salientado são inexistentes na área. Além disso, dada a rápida ocupação, restam poucos terrenos para implantação destes serviços caso a área venha a ser regularizada.

Quanto aos grupos F e G apresentados na figura, incluem as áreas de interesse legal, ou seja, áreas de APP por exemplo, previstas no Código Florestal. No caso do grupo f compreende áreas de interesse legal preservadas ou adjacentes às áreas preservadas. No caso do grupo G compreende as áreas de interesse legal degradadas. Como a área não é cortada por nenhum recurso hídrico e dada a exploração irregular do terreno, essas áreas não existem em nosso ambiente de estudo².

Considera-se que é viável implementar em nosso ambiente de estudos áreas verdes urbanas incluídas nos grupos A, B, C e D. Por meio delas, seria possível garantir à população os benefícios já apresentados no Quadro 2, com maior ênfase à redução da poluição atmosférica neutralizando gases e materiais particulados, criação de microclimas atraindo a microfauna e ainda a garantia de manutenção da permeabilidade do terreno.

Cavalheiro e Del Picchia (1992.) e Guzzo e Cavalheiro (2000) preferem para situações como a do nosso ambiente de estudo espaços livres que desempenhem função estética, ecológica e de lazer. Como função estética, pode-se considerar o que se refere ao belo, formoso e agradável; já a função ecológica diz respeito, dentre outras, à capacidade de redução dos materiais tóxicos particulados e sua incorporação nos ciclos biogeoquímicos, à manutenção do micro-clima, da fauna e das altas taxas de evapotranspiração, enquanto que a função de lazer refere-se ao descanso, ócio ou passatempo. Estas funções já foram descritas e reafirmadas por outros autores tais como NUCCI, 1996; HENKE-OLIVEIRA, 1996;

Os impactos sociais gerados pelas áreas verdes urbanas ao Setor de Chácara Lúcio Costa amenizariam os prejuízos oriundos da ocupação irregular conforme descrição abaixo:

- Aumento das vantagens econômicas, estéticas e sociais;
- Valorização visual na caracterização da cidade, constituindo uma individualidade própria dos espaços;
- Contribuição para o bem-estar físico e psicológico do ser humano representando dignamente a natureza;
- Atenuação da poluição sonora e visual;

No entanto, como promover esses impactos por meio da criação de áreas verdes urbanas em áreas regularizáveis se todo o processo de ocupação e desenvolvimento se deu sem planejamento prévio e se existem outras necessidades que, dada a restrição do orçamento público, seriam prioridade em detrimento da implantação de áreas verdes?

É para responder esta pergunta que se torna indispensável abranger os conhecimentos de Gestão Ambiental. É possível, conforme apresentado na Figura 2, implantar os serviços básicos juntamente com áreas verdes. Por menor que seja o espaço destinado às áreas naturais serão gerados benefícios à população. Conforme veremos em nossa discussão, o papel da gestão neste caso, deve ser de pensar no setor como um todo (re)planejando o que já está implementado, mas que no entanto, necessita de uma administração diferenciada para garantir a efetividade das melhorias.

O PAPEL DO GESTOR NA CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS.

O Gestor Ambiental tem uma visão ampla do meio ambiente, social, econômico e político, sabendo com isso fazer um adequado planejamento, organização, gerenciamento e execução de acordo com as legislações ambientais cabíveis ao empreendimento estudado. O Gestor analisa desde os processos que precisa ser implantado até as soluções mitigadoras. É um profissional que deve saber trabalhar com profissionais das mais diversas áreas de atuação.

No caso do ambiente de estudo deste artigo este profissional possui um grande desafio a sua frente, principalmente o de conscientizar a população de que é necessário a preservação do meio ambiente, que seus recursos são esgotáveis e escassos, que é necessário parar com a exploração vegetal do local, com o parcelamento irregular do solo, com a destinação inadequada de resíduos sólidos e esgoto. Ao fazer a população tomar consciência quanto aos vários problemas ambientais que estão surgindo pelo mau uso dos recursos ambientais ocasionada pela ocupação irregular e valorizar a sustentabilidade. Verá que as áreas verdes são importantes.

² Existe uma discussão política que tenta tornar as APPs em parques lineares quando essas áreas se apresentarem em regiões urbanizadas. Se essa discussão se tornar política pública, a comunidade será beneficiada com mais uma possibilidade de lazer e contato com o meio ambiente. Essa possibilidade já é bastante discutida no Estado de São Paulo por meio do Programa 100 parques para São Paulo (DEVECCHI, 2012)

A ação do gestor ambiental sobre a educação ambiental não formal é possível na área por meio da Associação de Moradores do Setor. Por meio dela o gestor pode apresentar não apenas os benefícios de se estancar as ocupações irregulares como equilibrar o bem-estar da população e do meio ambiente, por meio da proposição de implantação de áreas verdes. Para isso, o Gestor ambiental necessita interagir com o espaço com a função de primeiramente analisar o local a ser implantado o parque, a praça ou simplesmente um canteiro viário. Em seguida, demonstrar a população os seus benefícios que vão desde à manutenção da biodiversidade até a redução da possibilidade de alagamentos devido a permeabilidade do solo dessas áreas.

Outro benefício que tende a ser bastante valorizado no Distrito Federal e que pode ser objeto de convencimento por parte do gestor é o fato das áreas verdes serem aproveitados para atividades de lazer, educação ambiental direcionada para o ambiente cerrado, esportes, reintrodução da fauna e flora, educação ambiental, uma opção de lazer junto à natureza e parques para crianças, que conforme vimos no Quadro 1 são áreas escassas no local.

No entanto, esse papel é apenas o primeiro a ser exercido pelo gestor ambiental. Ou seja, para haver implantação de áreas verdes urbanas é necessário que a comunidade esteja favorável e isso é possível por meio da Educação Ambiental. No entanto, as obras de implementação e manutenção só serão possíveis por meio da intervenção junto à esfera governamental. Ou seja, é necessário que o gestor reivindique ações com o governo solicitando:

- Instalação e conscientização do uso lixeiras de coleta seletiva em todos os pontos do parque, bem como na parte externa e na entrada.
- Propor uma parceria com empresas de reciclagem de lixo para o devido destino do lixo coletado.
- Distribuição e identificação de placas de identificação de plantas para informação a população.
- Prever a devida manutenção das áreas verdes e instalações de uso da população para evitar acidentes.
- Acompanhar e fiscalizar a destinação dos resíduos Sólidos de possíveis reformas para evitar acúmulo em áreas verdes.
- Prever a possibilidade de realizar atividades culturais com a comunidade na área.

O planejamento urbano e as políticas públicas estão intimamente ligados, tal qual afirma Lopes (1998:71): “É preciso entender que o planejamento é um processo político, e as ações estratégicas não são só cientificamente ou tecnicamente corretas, mas também politicamente apropriadas”. Sendo política uma palavra que se refere diretamente à pólis, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992:954), pode-se dizer que a política, desta forma, torna-se uma destas ferramentas para a efetivação do planejamento e gestão urbanos (SAKAMOTO et all, 2006).

Sem a ação do gestor junto às decisões políticas não é possível viabilizar a gestão do território e do meio ambiente nele inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com o meio ambiente vem se tornando cada vez maior, e com isso a sustentabilidade onde tem a satisfação das necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

A criação de áreas verdes urbanas vem da necessidade de preservar a natureza e com isso tornar possível a interação meio ambiente e homem, e que ambos possa viver em completa harmonia, trazendo com isso bem estar, compreensão quanto ao ciclo da natureza, criação de parques, pistas de corridas, ciclo de exercícios, áreas de pique nique, conscientização ambiental, interação com a fauna, reciclagem de lixo, convívio social entre outros.

Mesmo com a om a ocupação irregular do solo na capital federal, com a locação de grande parte da população migratória nas periferias do DF e a morosidade na regularização das áreas, ainda é possível implementar áreas verdes urbanas e gerar benefícios sociais e ambientais à população das áreas regularizáveis. O que se percebeu neste estudo que identificar os benefícios é possível, a dificuldade está na gestão e planejamento para implementação de áreas que ocupem menor espaço, mas que geram impacto pelo simples fato de existirem aos olhos dos moradores.

Considerando que o Distrito Federal possui a “NOVACAP” como órgão público responsável pela conservação, instalação, plantio de mudas e manutenção da ornamentação da cidade, a ausência de áreas verdes se deve unicamente ao fato do local ainda não estar regularizado, bem como pela falta de conhecimento da população sobre os benefícios

econômicos e ambientais que seriam abarcados à área caso a própria população prima-se por manter áreas naturais remanescentes dando-lhes usos, que não os depredatórios como, os depósitos de lixo à céu aberto.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. 2 ed. São Paulo : Atlas, 1997. 120 p.
2. CHIAVENATO, Julio José, 1939 – O massacre da natureza / Julio José Chiavenato. São Paulo: Moderna, 1989. (coleção polêmica);
3. CUNHA, Sandra. T e GUERRA, Antonio. J. (Orgs). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 416p.
4. DEVECCHI, Alejandra Maria. Programa 100 Parques para São Paulo. Disponível em: http://site.sabesp.com.br/uploads/file/audiencias_sustentabilidade/prog_100_parques_sp_12aud.pdf. Acesso em: 20/04/2013.
5. GDF, 1966. Código Sanitário do Distrito Federal, Lei n. 5.027, de 14 de julho de 1966. Versão Impressa.
6. GÜNTHER, Hartmut. BARRETO, Frederico F. P. Psicologia Ambiental no Direito no Distrito Federal: uma agenda para pesquisa “In Paviani”, A. e Gouveia, L. A. (Orgs). Brasília: Controvérsias Ambientais, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p.267 a 299.
7. CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas Verdes: Conceitos, Objetivos e Diretrizes para o Planejamento. In: I Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana e IV Encontro Nacional sobre Arborização Urbana, 1992. Vitória. Anais... Vitória, ES, 1992. p. 29-38.
8. GUZZO, P.; CAVALHEIRO, F. Índices de Espaços Livres de Uso Público e de Cobertura Vegetal em dois Setores Urbanos da Cidade de Ribeirão Preto/SP. In: V Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2000. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, RJ, 2000.
9. HENKE-OLIVERIA, C. Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1996. p. 11.
10. NUCCI, João Carlos. Qualidade Ambiental e Adensamento: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP). Tese (Doutorado). São Paulo-SP. USP, 1996.
11. PELUSO, Marília. OLIVEIRA, Candido Washington. Distrito Federal: paisagem, população & poder. São Paulo: Harbra, 2006.121p.
12. PINTO. Victor Carvalho, Direito Urbanístico: plano diretor e direito de propriedade. São Paulo. 2 ed.Revista dos Tribunais, 2010.http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/4091/1/2012_CamilaMagalhaesMadalena.pdf. Acesso em: 20/04/2013.
13. SAKAMOTO, Eliane Harumi; HARDT, Carlos; REZENDE, Denis Alcides. Cidade ecológica: políticas de criação de áreas verdes urbanas. Paisagens em Debate. Revista eletrônica da área de paisagem e ambiente, FAU.USP - n. 04, dezembro/2006. Versão impressa.
14. SCHOEN, Chaiane; POVALUK, Maristela. Parques urbanos: uma visão ambiental e social na microbacia do Rio Serrinha. Revista Interdisciplinar Saúde e Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/sma/article/view/282/308>. Acesso em: 20/04/2013.